

Refis

Assembleia aprova projeto de refinanciamento de dívidas com o Estado



Aprovado o projeto do Governo do Estado, que dispõe sobre formas excepcionais de pagamento de débitos para com a Fazenda Pública, o chamado Refis Estadual (Programa de Refinanciamento). A dívida refere-se aos créditos tributários, correspondentes a fatos geradores ocorridos até de 30 de abril de 2017, inscritos ou não na dívida ativa. As renegociações vão variar conforme o tipo de pagamento, à vista ou a prazo. [Leia mais.](#)

Sindicato

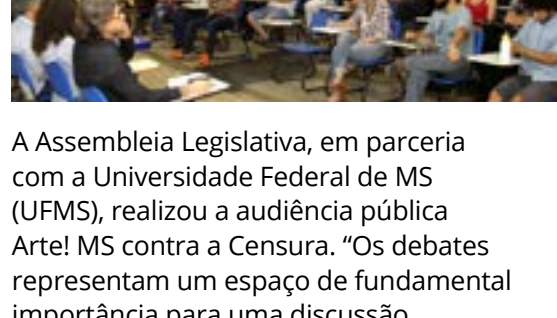
Privatizações recebem críticas durante sessão plenária



O presidente do Sindicato dos Eletricitários de Mato Grosso do Sul (Sinergia/MS), Elvivo Vargas, ocupou a tribuna da Assembleia, para criticar a política de privatizações do Governo Federal e defender a valorização das empresas sul-mato-grossenses. O Governo do Estado se comprometeu a criar uma comissão, com a participação dos trabalhadores, para avaliar detalhadamente a possibilidade de privatizações. [Leia mais.](#)

Cultura

Arte sem censura é tema de Audiência na UFMS



A Assembleia Legislativa, em parceria com a Universidade Federal de MS (UFMS), realizou uma audiência pública Arte! MS contra a Censura. "Os debates representam um espaço de fundamental importância para uma discussão qualificada sobre o papel das artes e a democracia, em um momento histórico de crescimento do pensamento conservador," disse o deputado Pedro Kemp (PT) que preside a Comissão de Educação do Legislativo. [Leia mais.](#)

BNDES

Renegociação de crédito com BNDES foi aprovado pelos parlamentares



Também foi aprovado durante a semana, o projeto enviado pelo Poder Executivo, que altera a redação da Lei 5.024/2017, que autoriza o Poder Executivo Estadual a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). [Leia mais.](#)

MS Empreendedor

Plenário aprova novo projeto de incentivos fiscais no MS



Aprovado pelos parlamentares o Projeto de Lei Complementar, que altera e acrescenta à Lei Complementar 93/2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda - MS Empreendedor e reordena as condições de incentivos fiscais e benefícios concedidos pelo Governo. [Leia mais.](#)

Conferência

Deputados em Conferência debatem projetos sociais para municípios



Deputados em Conferência debatem projetos sociais para municípios Deputados participaram da abertura da 6ª Conferência Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul. O evento, que aconteceu em Campo Grande, debateu "A Função Social da Cidade e da Propriedade" com o tema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas". [Leia mais.](#)

[ACOMPANHE A AÇÃO PARLAMENTAR](#)

[Clique Aqui](#)

PLENÁRIO Semana de 2 a 6/10/2017

Projetos Apresentados

Projeto de Lei nº 226/17, autoria do Poder Judiciário, altera dispositivo da Lei n. 4.665, de 29 de abril de 2015, que trata do novo índice de contribuição ao plano de saúde de assistência aos servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Projeto de Lei nº 227/17, autoria do Poder Executivo, reorganiza o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência no Estado de Mato Grosso do Sul (CONSEP).

Projeto de Lei nº 228/17, autoria do deputado Cabo Almi (PT), dispõe sobre adoção de normas de tributação de forma a conceder isenção do ICMS na compra de armas de fogo por Policiais Militares, Policiais Cíveis, Corpo de Bombeiros Militar e Agentes Penitenciários no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Projeto de Resolução nº 61/17, autoria do deputado Mauricio Picarelli (PSDB), Concede Título de Cidadão a Sra. Isaura Matias Rodrigues da Costa.

Projeto de Resolução nº 62/17, autoria do deputado Marcio Fernandes (PMDB), concede Título de Cidadão Sul-mato-grossense ao Dr Abdul Karim Hussein Omais.

Projeto de Resolução nº 63/17, autoria da deputada Mara Caseiro (PSDB), Concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Laercio Tadeu Ferreira de Miranda.

Projeto de Resolução nº 64/17, autoria do deputado Felipe Orro (PSDB), concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao Doutor Mario Fagundes.

Projeto de Resolução nº 65/17, autoria do deputado Eduardo Rocha (PMDB), concede Comenda do Mérito Legislativo ao Sr. André Puccinelli.

Projeto de Resolução nº 66/17, autoria do deputado Mauricio Picarelli (PSDB), concede Comenda de Mérito Legislativo ao Sr Marcelo Vinhaes Monteiro.

Projeto de Resolução nº 67/17, autoria do deputado Mauricio Picarelli (PSDB), concede Comenda de Mérito Legislativo ao Sr. Jaime Valler.

Projeto de Resolução nº 68/17, autoria do deputado Professor Rinaldo (PSDB), concede o Título Honorífico de Cidadão Sul-mato-grossense a José Carlos Braga Avellar.

Projeto de Resolução nº 69/17, autoria do deputado Professor Rinaldo (PSDB), concede a Comenda do Mérito Legislativo a Marcelo Augusto Santos Turine.

Projeto de Resolução nº 70/17, autoria do deputado Beto Pereira (PSDB), concede a Comenda de Mérito Legislativo ao Sr. Jesus Queiroz Baird.

Projeto de Resolução nº 71/17, autoria do deputado Professor Rinaldo (PSDB), concede a Comenda do Mérito Legislativo a Fábio Edir dos Santos Costa.

Projeto de Resolução nº 72/17, autoria do deputado Professor Rinaldo (PSDB), concede o Título Honorífico de Cidadão Sul-mato-grossense a Carlos Alberto de Carvalho.

Projeto de Resolução nº 73/17, autoria do deputado Eduardo Rocha (PMDB), Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao Sr. Angelo Chaves Guerreiro. Projeto de Resolução nº 74/17, autoria do deputado Mauricio Picarelli (PSDB), concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao Sr. José Olavo Mendes.

Projeto de Decreto Legislativo nº 12/17, autoria do deputado João Grandão (PT), declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Estado de Mato Grosso do Sul a Viola Caipira Sul-mato-grossense.

Emenda de Redação nº 188/17, autoria do deputado Coronel David (PSC), o Projeto de Lei nº 188/2017, passará a vigorar com a seguinte redação. Art. 1º O preso ou apenado que tiver deferida contra si medida de monitoramento eletrônico deverá arcar, às suas expensas, com as despesas pela cessão onerosa do equipamento de monitoramento, bem como, as despesas de sua manutenção.

Emenda Modificativa nº 2/17, autoria do deputado João Grandão (PT), modifica-se o Art. 1º do Projeto de Lei nº 136/2017.

Emenda Modificativa nº 3/17, autoria do deputado João Grandão (PT), modifica-se o art. 1º, do Projeto de Lei nº 00136/2017.

Emenda Modificativa nº 4/17, autoria do deputado João Grandão (PT), Emenda Modificativa ao art. 3º, do Projeto de Lei nº 00136/2017.

Emenda Modificativa nº 5/17, autoria do deputado João Grandão (PT), Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 00136/2017, que altera o teor do Artigo 7º.

Emenda Modificativa nº 218/17, autoria do deputado Coronel David (PSC), emenda modificativa ao art. 6º do Proj. Lei nº 148/2017.

Emenda Substitutiva Integral nº 3/17, autoria do deputado Dr. Paulo Siufi (PMDB), Emenda Substitutiva Integral ao Projeto de Lei n. 103/2017, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 3.888, de 6 de maio de 2010.

Projetos Aprovados em primeira discussão

Projeto de Lei nº 181/17, autoria do deputado Felipe Orro (PSDB), altera Lei Estadual n. 3.062, de 20 de setembro de 2005, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de aparelho desfibrilador cardíaco, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 188/17, autoria do deputado Coronel David (PSC), dispõe sobre o pagamento dos aparelhos de monitoramento eletrônico pelos próprios ou apenas sobre.

Projeto de Lei nº 201/17, autoria do deputado Lidio Lopes (PEN), dispõe sobre a formatação de preços ao consumidor de combustíveis no estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 215/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei Federal n. 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória n. 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para adoção das condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal n. 148, de 25 de novembro de 2014, e pela Lei Complementar Federal n. 156, de 28 de dezembro de 2016.

Projeto de Lei nº 214/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.024, de 18 de julho de 2017, que autoriza o Poder Executivo Estadual a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Projeto de Lei nº 225/17, autoria do Poder Executivo, dispõe sobre formas excepcionais de pagamento de débitos para com a Fazenda Pública Estadual, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 8/17, autoria do Poder Executivo, altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS - Empreendedor), e dá outras providências.

Projetos Aprovados em segunda discussão

Projeto de Lei nº 74/17, autoria da deputada Mara Caseiro (PSDB), cria o Programa de Prevenção e Combate ao Jogo da Morte - Baleia Azul e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 90/17, autoria do deputado Renato Câmara (PMDB), Estabelece a obrigatoriedade de divulgação, nos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde públicos e privados do Estado de Mato Grosso do Sul, da existência da notificação compulsória de violência contra a pessoa idosa, bem como das consequências da conduta omissiva, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 150/17, autoria do deputado João Grandão (PT), inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 04 de agosto de 2010, a Festa de São Cristóvão realizado anualmente no Município de Dourados/MS.

Projeto de Lei nº 169/17, autoria do deputado Professor Rinaldo (PSDB), inclui o "Dia do Voluntário no Corpo de Bombeiros Militar" no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul.

Projeto de Lei nº 186/17, autoria do Tribunal de Contas, cria o Programa de Incentivo à Aposentadoria no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 187/17, autoria do Tribunal de Contas, altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 3.877, de 31 de março de 2010, que dispõe sobre a consolidação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 214/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.024, de 18 de julho de 2017, que autoriza o Poder Executivo Estadual a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Projeto de Lei nº 225/17, autoria do Poder Executivo, dispõe sobre formas excepcionais de pagamento de débitos para com a Fazenda Pública Estadual, e dá outras providências.

Projeto de Lei Complementar nº 8/17, autoria do Poder Executivo, altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-Empreendedor), e dá outras providências.

Projetos Aprovados em discussão única

Projeto de Lei nº 205/17, autoria do deputado Junior Mochi (PMDB), denomina "Bento Macedo de Jesus" o trecho da Rodovia MS-483, localizado no Município de Paranaíba, que parte do entroncamento com a MS-497 até a divisa com o Estado de Goiás.

Projeto de Resolução nº 32/17, autoria do deputado Mauricio Picarelli (PSDB), cria a Medalha de Mérito Educador Especial, destinada a homenagear profissionais da área que tenham prestado relevantes serviços à Educação Especial no Estado de Mato Grosso do Sul.

Projeto de Decreto Legislativo nº 11/17, autoria do deputado Amarildo Cruz (PT), dispõe sobre o processo inaugural de tombamento para o Grupo de Capira da Família Malaquias da Comunidade Quilombola de Santa Tereza, Figueirão-MS e dá outras providências.

Projetos Aprovados em Redação Final

Projeto de Lei nº 227/16, autoria da deputada Antonieta Amorim (PMDB), dispõe sobre a obrigatoriedade de exames para pessoas com mais de 60 anos nas Unidades de Saúde Públicas pertencentes ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.